



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

### SENTENÇA

Processo nº: **1001022-03.2018.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Nomeação de administrador provisório**  
 Requerente: **Rodrigo Gazzola Cunha**  
 Requerido: **Associação Atlética Acadêmica Medicina Ufscar**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

RODRIGO GAZZOLA CUNHA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Comum em face de Associação Atlética Acadêmica Medicina Ufscar, também qualificado, esclarecendo ser estudante do curso de Medicina da UFSCAR e que sendo parte desta instituição, compõe organização social conhecida como "atlética", entidade que visa organizar eventos esportivos e atividades de cunho social e que na tentativa de registrar o atual estatuto da instituição junto ao Cartório de Registro competente, viu seu desejo obstado porquanto as atas anteriores e o estatuto não possuem qualquer registro, sendo irregulares, à vista do que requer sua nomeação como administrador provisório da instituição, com o intuito de organizar um novo pleito de Diretoria e regularizar os estatutos sociais; ressalta que junto ao Registro de Títulos e Documentos desta Comarca já há um Estatuto Social Registrado, só que data de 2008.

Instado a se manifestar, o Ministério Público declara não ter interesse na causa.

É o relatório.

DECIDO.

O feito comporta julgamento de plano ante sua natureza jurídica de jurisdição voluntária, certo ainda que o pedido inicial não evidencia interesse da Fazenda Pública ou do Ministério Público que enseje sua participação.

Com efeito, extrai-se dos documentos juntados às fls. 9/22 que desde o dia 16 de agosto de 2007 (fl. 23/25), não ocorre eleição para composição da nova diretoria da associação, salientando que, de acordo com seu estatuto o mandato deve ser exercido por apenas um (01) ano (fls. 13 artigo 25).

Portanto, com escopo de regularizar a situação da pessoa jurídica, mister se faz a composição de novo corpo diretivo para regularizar a situação da pessoa jurídica, o que, nos termos do artigo 49 do Código Civil, dar-se na pessoa do administrador provisório nomeado por este juízo, posto que o estatuto da associação não prevê procedimento específico para tanto.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

A previsão do art. 49 do Código Civil visa evitar uma eventual acefalia na gestão das pessoas jurídicas, o que poderia trazer irreparáveis prejuízos não só aos que nela se congregam bem como aos terceiros que com ela negociam ou partilham interesse.

Isto posto JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que nomeio RODRIGO GAZZOLA CUNHA como administrador provisório da **Associação Atlética Acadêmica Medicina Ufscar** pelo prazo de 90 dias, para o fim específico de convocar nova assembleia para eleições da nova diretoria da Associação Atlética Banco do Brasil Guará (SP), na forma de seu estatuto social; Ante a peculiaridade do caso, não há se falar em sucumbência.

O administrador provisório deverá comprovar nos autos o cumprimento da obrigação ora requerida.

Expeça-se alvará.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 17 de abril de 2018.

**Vilson Palaro Júnior**

Juiz de Direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**